



RIBEIRÃO PRETO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.533.006/0001-36



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A **Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE" ou "Companhia")**, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2021.

1) A COMPANHIA

A RPTE é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em - 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala nº 1501, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Minas Gerais e São Paulo.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km: 408,46

Tensão em kV: 500

Subestações acessadas: 5

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 42.414.815 para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022 e R\$ 39.252.600 para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2021 e 2020 são:

	2021	2020
• Liquidez geral	13,11	1,78
• Liquidez corrente	17,94	2,11
• Relação patrimônio líquido/ativo	92,37%	43,95%
• Relação passivo não circulante/Ativo	6,05%	44,07%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	2,31%	(23,22%)
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	4,59%	8,64%
Ativos totais - R\$	277.046.042	293.484.781
Lucro/(prejuízo) do exercício - R\$	5.922.279	(29.946.014)

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado. A SGBH constituiu uma Divisão de Compliance e passou a implementar seu Programa de Compliance nas empresas do grupo. Desde o início de 2021, em respeito à legislação local e internacional relacionada ao compliance corporativo, a Companhia aprovou seu Código de Ética e Conduta Empresarial, implementou e continua implementando Políticas, Regras e

Procedimentos de Conformidade, está promovendo a realização contínua de campanhas de comunicação e treinamentos, viabilizou o lançamento do Canal de Denúncias (externo e independente) e está conduzindo investigações internas. Além disso, o Programa de Compliance conta com apoio inequívoco da alta administração através da participação em treinamentos e comunicações internas.

Além disso a Companhia deu continuidade em sua gestão de riscos corporativos realizando o monitoramento dos riscos e reavaliando a sua matriz de forma a mantê-la atualizada e refletindo os seus riscos corporativos. Em 2021 também iniciou suas atividades centralizadas de controles internos e mapeamento de processos corporativos e realizou sua primeira auditoria interna com equipe própria local.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	18	23.223.515	22.078.887
Custo de construção e operação	19	(9.029.810)	(7.189.139)
Lucro bruto		14.193.705	14.889.748
Despesas gerais e administrativas	20	(2.016.959)	(3.312.881)
Outras (despesas)/receitas operacionais		(441.304)	(427.549)
Lucro antes do resultado financeiro		11.735.442	11.149.318
Resultado financeiro	21	(4.510.872)	(39.852.714)
Receita financeira		21.396.242	25.912.251
Despesa financeira		(25.907.114)	(65.765.235)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		7.224.570	(28.703.396)
IRPJ e CSLL correntes	22	(1.817.291)	(1.417.570)
IRPJ e CSLL diferidos	22	515.000	174.952
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		5.922.279	(29.946.014)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	5.922.279	(29.946.014)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	5.922.279	(29.946.014)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro/(Prejuízo) do exercício antes dos impostos		7.224.570	(28.703.396)

Itens de resultado que não afetam o caixa Juros e variações monetárias			
• dos empréstimos	9	6.006.417	38.693.418
Depreciação e amortização		169.413	181.334
Provisão para perda de crédito esperada	6	(4.428)	3.720
Provisão para contingências	14	182.515	1.116.713
Provisão para compensação ambiental		(175.427)	(310.068)
Atualização monetária (Aumento) redução nos ativos		-	81.957
Concessionárias e permissionárias		(1.591.936)	(283.260)
Contas a receber - partes relacionadas		240.467	(840.991)
Ativo de contrato	8	19.364.160	16.633.843
Estoques		(2.650.279)	(1.421.976)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		169.371	(345.756)
Adiantamentos a fornecedores		366.845	4.698.823
Outros ativos		(362.935)	(1.546.002)
Aumento (redução) nos passivos		(699.362)	(5.195.856)
Fornecedores		436.588	777.639
Tributos e contribuições sociais			
Imposto de renda			
• e Contribuição social pagos		(1.275.770)	(1.902.237)
Outros impostos pagos		(1.550.606)	(1.451.018)
Juros pagos	9	(3.112.393)	(5.775.528)
Taxas regulamentares		(683.964)	210.800
Compensação ambiental		(1.141.780)	(362.445)
Outros passivos		(2.905.653)	157.903
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		18.005.813	14.417.617
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(3.359)	(43.407)
Aquisição de imobilizado e intangível		(3.359)	(43.407)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(3.359)	(43.407)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos pagos	9	(18.743.875)	(9.922.003)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento		(18.743.875)	(9.922.003)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		(741.421)	4.452.207
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		34.915.096	30.462.889
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		34.173.675	34.915.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa: Os caixa equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2 Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para Perda de crédito esperada (PCE) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em provisão para perda de crédito esperada (PCE). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros: • Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber; • Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos; • Existência de garantia; • Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas; • Análise de devedores em falência. Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias. **3.3 Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020		Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				Passivo			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	34.173.675	34.915.096	Fornecedores - terceiros		369.838	578.213
Concessionárias e permissionárias	6	5.944.441	4.348.077	Fornecedores - partes relacionadas	23	694.822	1.185.808
Contas a receber - partes relacionadas	23	1.305.334	1.545.801	Empréstimos - partes relacionadas	9	-	29.594.797
Estoques	7	5.676.136	3.025.857	Imposto de renda e contribuição social a pagar	10	354.774	288.991
Adiantamento a fornecedor		13.586	380.431	Outros impostos a pagar	10	536.583	564.555
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		176.501	345.872	Taxas regulamentares	11	943.178	1.627.142
Outros impostos a recuperar		24	24	Obrigações sociais e trabalhistas	12	1.470.540	1.318.104
Ativo de contrato	8	30.578.068	29.043.354			4.369.735	35.157.610
Outros ativos circulantes		510.307	537.319	Passivo não circulante			
		78.378.072	74.141.831	Empréstimos - partes relacionadas	9	-	107.256.151
Ativo não circulante				Compensação ambiental	13	-	1.317.207
Ativo de contrato	8	195.369.105	216.267.979	Provisão para contingências	14	1.558.335	1.375.820
Outros ativos não circulantes		2.614.032	2.224.084	Impostos diferidos	15	15.206.177	16.331.485
Imobilizado		677.786	844.541	Outros passivos não circulantes	16	-	3.058.089
Intangível		7.047	6.346			16.764.512	129.338.752
		198.667.970	219.342.950	Patrimônio líquido	17		
Total do ativo		277.046.042	293.484.781	Capital social		352.801.714	231.800.617
				Prejuízo acumulado		(96.889.919)	(102.812.198)
						255.911.795	128.988.419
				Total do passivo e do patrimônio líquido		277.046.042	293.484.781

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 (Em Reais)

	Capital social	Lucro/(Prejuízo) acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	231.800.617	(72.866.184)	158.934.433
Prejuízo do exercício	-	(29.946.014)	(29.946.014)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	231.800.617	(102.812.198)	128.988.419
Aumento de capital (nota explicativa 17)	121.001.097	-	121.001.097
Lucro líquido do exercício	-	5.922.279	5.922.279
Saldo em 31 de dezembro de 2021	352.801.714	(96.889.919)	255.911.795

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE" ou "Companhia"), é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em - 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala, nº 1501, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Minas Gerais e São Paulo. A Companhia iniciou suas operações em 01 de setembro de 2009, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão: A Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2006 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote C. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 3 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial, de 4 de abril de 2007. No dia 20 de abril de 2007, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 005/2006 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em: (i) Instalações de transmissão em 500 KV, com origem na Subestação São Simão e término na Subestação Marimondo, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 216 km; e pela linha de transmissão 500 KV, com origem na Subestação Marimondo, no Estado de Minas Gerais e término na Subestação Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, com circuito simples e com extensão aproximada de 196 km. (ii) Entradas de linhas 500 KV na Subestação São Simão, 500 KV na Subestação Marimondo por reatores de barra, 500 KV na Subestação Ribeirão Preto bem como as respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.2 Receita anual permitida (RAP): A RAP foi determinada em aproximadamente R\$18.499.800 (dezoito milhões, quatrocentos e noventa e nove mil e oitocentos reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 39.252.600 (trinta e nove milhões, duzentos e cinquenta e dois mil e seiscentos reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021. Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 42.414.815 (quarenta e dois milhões, quatrocentos e quatorze mil, oitocentos e quinze reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **1.3 Coronavírus (COVID-19): Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde. **Impacto nas demonstrações financeiras:** A Companhia vem analisando cuidadosamente as novas diretrizes da política governamental em resposta à pandemia, revendo seu planejamento estratégico e sensibilizando suas premissas para possíveis cenários de: (i) Déficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes

fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar custos de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA). (ii) Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações; Os impactos nos anos de 2020 e 2021 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da Companhia que impactaram o Fluxo de Caixa. No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Apesar de algumas perdas serem registradas na conta ao longo de 2020, o impacto geral nas demonstrações financeiras não foi material. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 2,0% da RAP. No exercício de 2021, essa conta não registrou perdas relacionadas aos impactos da COVID-19. No que tange às despesas, se verificou que os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exame/s médicos, apoio psicológico etc.) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio no total das despesas de 0,2% em 2020 e 1,0% no exercício de 2021, nos montantes de R\$21.503 (vinte e um mil, quinhentos e três reais) e



RIBEIRÃO PRETO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.533.006/0001-36



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4 Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. **Ativo de contrato:** O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um "ativo contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

3.5 Ativo imobilizado: Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6 Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7 Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8 Impostos: Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade. **Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Impostos Correntes:** A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na receita tributada de acordo com as regras fiscais.

3.9 Provisões para contingências: A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11 Ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.12 Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13 Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: (a) Receita de construção - Serviços de implementação da

infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. (b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. (c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.14 Instrumentos financeiros: a. Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente" pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (j) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. **b. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15 Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16 Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto, não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES NÃO EFETIVAS

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2021, são as seguintes: (a) Contratos onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)- As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. A Companhia concluiu que não possui contratos onerosos em 31 de dezembro de 2021. (b) Reforma de taxas de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06): As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e contabilidade de hedge. **a. Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); • Imobilização: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); • Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); • CPC 32/IAS 12 Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2020	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Assunção da dívida	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2021
State Grid International Development (SGID)	136.850.948	6.006.417	(3.112.393)	(121.001.097)	(18.743.875)	-
Total	136.850.948	6.006.417	(3.112.393)	(121.001.097)	(18.743.875)	-
Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2019	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Saldo final Bruto 31/12/2020
State Grid International Development (SGID)	113.855.060	38.693.418	(5.775.528)	-	(9.922.002)	136.850.948
Total	113.855.060	38.693.418	(5.775.528)	-	(9.922.002)	136.850.948

Em 17 de novembro de 2014, junto à SGID foi contratado um empréstimo ao custo de Libor + 2,85% a.a. e no montante de USD47.337.800 (quarenta e sete milhões, trezentos e trinta e sete mil e oitocentos dólares), correspondente a R\$123.196.625 (cento e vinte e três milhões, cento e noventa e seis mil, seiscentos e vinte e cinco reais), com pagamentos de principal e juros em 21 parcelas semestrais iniciando-se em 20 de dezembro de 2014 e com vencimento final em 04/09/2024. Nos meses de junho e julho de 2021, a Companhia pagou integralmente o principal e juros no valor total de R\$ 21.856.268 (vinte e um milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, duzentos e sessenta e oito reais). No dia 30 de setembro de 2021, a controladora SGBH celebrou um contrato de assunção da dívida com a SGID onde a SGBH realiza no mesmo valor de quitação do empréstimo, um aumento de capital com emissão de novas ações na Companhia nos termos previstos no Contrato de Assunção da Dívida onde a SGBH como Controladora passa a ser a credora da dívida com a SGID. O valor desta transação foi de R\$ 121.001.097 (cento e vinte e um milhões, um mil e noventa e sete reais) de principal através de um aumento do capital social no mesmo valor. Neste empréstimo não havia cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros. E nem ativos em garantia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	803	803
Bancos (i)	442.325	5.476.346
Aplicações financeiras (i)	33.730.547	29.437.947
	34.173.675	34.915.096

(i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecerem uma remuneração atrelada à taxa de 101,76% do CDI. Em 2021, o caixa final fechou menor que no ano passado, apesar de uma receita ligeiramente maior (reajuste anual de RAP, correção da inflação), que, combinadas com menor pagamento de impostos, atenuaram em parte o maior nível de despesas em 2021. Os valores de sobre de caixa foram aplicados no exercício.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	3.985.349	3.823.877
Vencidas até 30 dias	162.106	114.935
Vencidas até 60 dias	153.481	1.082
Vencidas até 90 dias	152.419	2.649
Vencidas há mais de 90 dias (i)	1.512.398	431.278
	5.965.753	4.373.817
Provisão para perda de crédito esperada (PCE)	(21.312)	(25.740)
	5.944.441	4.348.077

(i) Variação refere-se substancialmente a receita faturada de descontos incidentes na TUST de 2021 ainda não recebida. Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. A Companhia constitui a provisão para perda de crédito esperada através de uma análise, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais. A PCE é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	(25.740)	(22.020)
Reversos	7.953	16.828
Complemento de provisão	(3.525)	(20.548)
Saldo em 31 de dezembro	(21.312)	(25.740)

7. ESTOQUES

	31/12/2021	31/12/2020
Almoxxarifado de manutenção e operação (i)	5.676.136	3.025.857
	5.676.136	3.025.857

(i) As peças de almoxxarifado são consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do ano. A variação refere-se principalmente a utilização do projeto de reforço Marimbondo 2.

8. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	30.578.068	29.043.354
Não circulante	195.369.105	216.267.979
	225.947.173	245.311.333

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 está assim apresentada:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019	261.945.176	
Receita de O&M	12.783.157	
Receita de remuneração	12.699.539	
Recebimentos	(40.747.523)	
Imobilizado em curso	(1.369.016)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	245.311.333	
Circulante	29.043.354	
Não circulante	216.267.979	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	245.311.333	
Receita de O&M (i)	13.273.077	
Receita de remuneração (ii)	11.893.117	
Recebimentos (iii)	(41.886.973)	
Imobilizado em curso (iv)	(2.643.381)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	225.947.173	
Circulante	30.578.068	
Não circulante	195.369.105	

(i) Variação refere-se a receita de O&M atualizada pela inflação adotada no modelo de adoção. (ii) Variação devido a redução do saldo de ativo contratual que consequentemente reduz a receita de remuneração. (iii) O cálculo da linha de recebimentos é feito através da subtração da RAP homologada no ciclo mais o ajuste calculado da diferença entre a RAP do modelo da adoção contra a RAP homologada. Tendo em vista a adoção da premissa do reconhecimento de todas as RAPs do ciclo dentro do ano de homologação da RAP, tal ajuste aumentou o a linha de recebimentos e, por consequência, diminuindo o saldo do ativo de contrato. (iv) Variação refere-se a baixa de adiantamentos de projetos. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora), regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão, os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela RAP, parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados indicativos internos ou externos que pudessem gerar dúvidas que o ativo de contrato possa estar registrado por valor acima ao de sua recuperação.

9. EMPRÉSTIMOS

a. Total da dívida:

Descrição	Venci- Início mento	Garan- tidor	Encargos	31/12/2021	31/12/2020
State Grid International Development (SGID)	nov/14	Jun/27	Libor + 2,85% a.a.	-	-
				-	136.850.948
				-	136.850.948
Circulante				-	29.594.797
Não circulante				-	107.256.151
				-	136.850.948

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A PAGAR

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social a pagar:		
IRPJ	193.097	182.396
CSLL	161.677	106.595
	354.774	288.991

	31/12/2021	31/12/2020
Outros impostos a pagar		
PIS	21.889	20.943
COFINS	101.024	96.662
INSS	151.487	187.668
ISS	140.036	140.436
FGTS a pagar	43.604	43.010
IRRF retido na fonte	49.662	50.971
Outros	28.881	24.865
	536.583	564.555





RIBEIRÃO PRETO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.533.006/0001-36



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

11. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	37.945	48.105
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	229.400	228.626
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	675.833	1.350.411
	943.178	1.627.142

(i) **RGR:** Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 12 de agosto de 2021, através do Despacho nº 2.437 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2021 a junho de 2022 de R\$ 94.689 (noventa e quatro mil, seiscentos e oitenta e nove reais).

(ii) **TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 28 de julho de 2021, através do Despacho nº 2.278 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2021 a junho de 2022 de R\$ 158.165 (cento e cinquenta e oito mil, cento e sessenta e cinco reais).

(iii) **P&D:** Conforme as Resoluções Anel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A resolução normativa 929 de 30 de março de 2021, estabeleceu que o saldo não aplicado até 31 de agosto de 2020 deveria ser pago. No exercício de 2021 foi efetuado o pagamento conforme resolução.

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de férias	653.951	674.454
Provisão de bônus (i)	703.016	518.851
IRRF funcionários	113.343	123.630
Outros	230	1.169
	1.470.540	1.318.104

(i) Variação refere-se a aumento nas admissões no exercício de 2021 e alteração da premissa utilizada para o cálculo de provisão de Bônus

13. COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

	31/12/2021	31/12/2020
Processo ICMBio nº 02070.009448/2019-17 (i)	-	1.317.207
	-	1.317.207

(i) Em atendimento ao termo de compromisso de compensação ambiental 26/20 celebrado entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e Companhia, em 2021 ocorreu o pagamento do valor destinado pelo IBAMA em favor da unidade de conservação instituída pela União

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos. A Companhia, constitui provisões para riscos de servidões, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado e com base na opinião de seus assessores jurídicos, internos e externos, e na análise das demandas judiciais pendentes. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Servidões	1.558.335	1.375.820
	1.558.335	1.375.820

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Cíveis	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	1.375.820	1.375.820
Adições e reversões, líquidas (i)	-	182.515	182.515
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	1.558.335	1.558.335

(i) As adições ocorreram, basicamente, em razão da movimentação dos processos, com ocorrência de decisão judicial; e as provisões constituídas referem-se à riscos de servidão, referentes a, por exemplo, indenizações por faixa de servidão.

Contingências possíveis (não provisionadas): As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos trabalhistas, fiscais, ambientais e servidões conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas (i)	589.014	-
Fiscais (ii)	16.115.538	15.129.725
Ambientais (iii)	333.529	319.305
Servidões (iv)	48.606	48.606
	17.086.687	15.497.636

Dentre os processos relevantes cujo o risco de perda é considerado possível destacamos: (i) Processos trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados de terceiros e empregados próprios, envolvendo discussões como responsabilidade subsidiária e/ou solidária, e cobrança de parcelas indenizatórias, entre outros assuntos. Os temas aqui referidos são discutidos nos processos seguintes: 0011314-88.2020.5.15.0004 e 0011441-31.2020.5.15.0067, ambos do Estado de São Paulo. Variação refere-se a mudança de prognóstico de causas remotas para possíveis. (ii) Processos Fiscais: Referem-se às ações judiciais e processos administrativos fiscais, que discutem diversos tributos, tais como, IRPJ e CSLL. Os temas aqui referidos são discutidos principalmente nos processos seguintes: 15540.72020/2020-12, 17227-720.117/2020-11 e 15540.720.053/2020-62, do Rio de Janeiro, 0005529-19.2017.8.13.0696 e 5097798-63.2020.8.13.0024, de Minas Gerais, e 1018580-17.2019.4.01.3400, do Distrito Federal. Variação refere-se a atualização monetária. (iii) Processos ambientais: Referem-se a ações judiciais e/ou autos de infração de natureza ambiental recebidos pela Companhia, nos quais se discute, por exemplo, condicionantes de licenças nos autos do Processo Administrativo nº 02001.004024/2014-67. (iv) Servidões: Referem-se a ações ajuizadas Companhia para implementar servidão administrativa de passagem em áreas específicas (fração de imóveis) onde são instaladas as torres de transmissão de energia elétrica que é discutido nos autos do Processo nº 1194125-96.2008.8.13.0271, em trâmite no Estado de Minas Gerais.

15. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia

	31/12/2021	31/12/2020
IR Diferido	4.518.923	4.853.339
CSLL Diferida	2.440.219	2.620.803
Pis Diferido	1.468.650	1.577.335
Cofins Diferido	6.778.385	7.280.008
	15.206.177	16.331.485

16. OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES

	31/12/2021	31/12/2020
Outras provisões passivas (i)	-	1.998.840
Atualização monetária (i)	-	1.059.249
	-	3.058.089

(i) Variação refere-se a baixa de provisão de tributação e atualização monetária de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art. 173, inciso I da CTN.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: Conforme AGE de 30 de setembro de 2021, os Acionistas resolveram, por unanimidade, aumentar o capital social de R\$ 231.800.617 (duzentos e trinta e um milhões, oitocentos mil e seiscentos e dezessete reais) para R\$ 352.801.714 (trezentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e um mil, setecentos e quatorze reais), um aumento, portanto, de R\$ 121.001.097,50 (cento e vinte e um milhões, um mil, noventa e sete reais e cinquenta centavos), dos quais R\$ 121.001.097 (cento e vinte e um milhões, um mil, noventa e sete reais) serão destinados para conta de capital social e R\$50,40 (cinquenta centavos) para conta de reserva de capital, na forma do art. 182, §1º, alínea "a" da Lei das S.A., mediante a emissão de 121.001.097 (cento e vinte e um milhões, um mil e noventa e sete) novas ações ordinárias, nominativas com valor nominal, de R\$ 1,00 (um real) cada. O aumento de capital veio através do contrato de assunção da dívida, onde a SGBH passa a ser credora da dívida que a Companhia tinha com a SGID, através de um aumento de capital. A composição acionária está demonstrada a seguir:

State Grid Brazil Holding S.A.
International Grid Holdings Limited

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta (i)	25.913.446	24.571.922
Receita de operação e manutenção	13.273.077	12.783.157
Remuneração dos ativos de contrato	11.893.117	12.699.539
Outras receitas	747.252	(910.774)
Deduções da receita operacional	(2.689.931)	(2.493.035)
PIS	(168.437)	(159.586)
COFINS	(777.403)	(683.132)
RGR	(1.197.229)	(1.126.178)
P&D	(393.340)	(374.697)
TFSEE	(153.522)	(149.442)
	23.223.515	22.078.887

(i) O reconhecimento da receita baseia-se no reconhecimento do direito adquirido de receber as RAPs reajustadas via homologação da ANEEL dentro do exercício fiscal da própria homologação, de forma a sempre trazer para o ano da homologação em si um impacto mais completo e corrigir parcialmente eventuais descausos de inflação. Dessa forma, o alto patamar atingido pela inflação ao longo de 2021 trouxe impacto representativo na RAP homologada para o ciclo 2021-2022 e, por conseguinte, a Companhia considerou como razoável reconhecer a diferença entre a RAP projetada no modelo (a uma inflação mais baixa) e a RAP do ciclo atual homologada pela ANEEL, dentro do próprio exercício.

19. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(4.746.111)	(4.678.674)
Material	(462.060)	(494.251)
Serviços de terceiros	(835.096)	(904.981)
Arrendamentos e aluguéis	(48.151)	(18.490)
Seguros	(51.983)	(40.768)
Tributos	(11.939)	(4.654)
Custo de operação e manutenção (i)	(2.153.598)	(345.228)
Gastos diversos	(720.872)	(702.093)
	(9.029.810)	(7.189.139)

(i) Variação refere-se substancialmente na implementação do projeto de melhoria de instalação de bancos de baterias e retificadoros independentes ao do sistema de proteção da companhia no valor total de R\$1.751.980 (um milhão, setecentos e cinquenta e um mil, novecentos e oitenta reais) e aquisição de materiais em depósito.

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(2.759.392)	(2.723.427)
Material	(79.670)	(67.537)
Serviços de terceiros	(450.745)	(388.143)
Arrendamentos e aluguéis	(113.288)	(95.506)
Provisões (i)	2.000.708	240.615
Tributos	(5.871)	(3.074)
Depreciação e amortização	(30.090)	(42.828)
Recuperação de despesas	41.405	-
Despesas não dedutíveis	(337.674)	(165)
Taxas bancárias	(109.588)	(145.152)
Outras	(172.754)	(87.664)
	(2.016.959)	(3.312.881)

(i) Variação refere-se a baixa de provisão de tributação de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art. 173, inciso I da CTN.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras	21.396.242	25.912.521
Receitas de aplicações financeiras (i)	1.328.118	871.456
Variações cambiais ativas (ii)	20.036.450	25.038.758
Outras receitas financeiras	3.174	2.307
Despesas financeiras	(25.907.114)	(65.765.235)
Variações cambiais passivas (ii)	(22.868.606)	(58.053.548)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas (ii)	(4.211.726)	(7.609.002)
Outras despesas financeiras (iii)	(1.173.218)	(102.685)
	(4.510.872)	(39.852.714)

(i) Aumento de aplicação financeira no período e consequentemente de seus rendimentos; (ii) Variação referem-se às flutuações das taxas de dólar e juros devido do empréstimo com a SGID que foi finalizado no exercício de 2021 através de conversão de capital conforme mencionado na nota explicativa 9; (iii) Variação refere-se a baixa de atualização monetária de provisão de tributação de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art. 173, inciso I da CTN.

22. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO PRESUMIDO)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas brutas (i)	42.792.258	39.967.686
Base de cálculo (8%)	3.423.381	3.197.415
Outras receitas	1.539.086	1.057.374
Base de cálculo	4.962.467	4.254.789
IR devido	(1.216.617)	(1.057.697)
Ajuste de provisão IR referente a anos anteriores	-	127.516
(+) IR diferido / Outros	334.416	113.605
Total de IRPJ	(882.201)	(816.576)
	31/12/2021	31/12/2020
Receitas brutas (i)	42.792.258	39.967.686
Base de cálculo (12%)	5.135.071	4.796.122
Outras receitas	1.539.086	1.057.374
Base de cálculo	6.674.157	5.853.496
CSLL devida	(600.674)	(526.815)
Ajuste de provisão CSLL referente a anos anteriores	-	39.426
(+) CSLL diferido/Outros	180.584	61.347
Total de CSLL	(420.090)	(426.042)
Total de IRPJ/CSLL	(1.302.291)	(1.242.618)
Total IRPJ/CSLL corrente	(1.817.291)	(1.417.570)
Total IRPJ/CSLL diferido	515.000	174.952

(i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP.

23. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e Companhias do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber - partes relacionadas	1.305.334	1.545.801
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.295.096	1.535.564
Outros	10.238	10.237

23.2 Passivo:

	31/12/2021	31/12/2020
Forneceadores - partes relacionadas	694.822	138.036.756
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	694.822	1.178.194
Aluguel (ii)	-	7.614
Empréstimos com a SGID (nota explicativa 9)	-	136.850.948

23.3 Resultado:

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado - partes relacionadas	(5.287.247)	(39.542.986)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	1.857.478	1.165.152
Aluguel (ii)	(100.843)	(84.346)

Despesa de juros com empréstimos com a SGID (nota explicativa 21) (4.211.726) (7.609.002)

Variação cambial ativa do empréstimo com a SGID (nota explicativa 21) 20.036.450 25.038.758

Variação cambial passiva do empréstimo com a SGID (nota explicativa 21) (22.868.606) (58.053.548)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.

23.4 Remuneração da Administração (pessoal - chave): As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Valores reconhecidos no resultado	894.492	900.098
Remuneração fixa e variável (*)	689.211	696.418
Salário	30.761	31.143
Benefícios diretos e indiretos	174.520	172.537
Encargos	-	-
Valor total da remuneração	894.492	900.098

(*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 24.1 não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

24.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

	Nota 31/12/2021	31/12/2020
Ativos mensurados pelo valor justo	5	34.915.096
Caixa e equivalentes de caixa	5	34.915.096
Ativos mensurados pelo custo amortizado	23	



RIBEIRÃO PRETO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.533.006/0001-36



★ continuação

Ramon Sade Haddad
Diretor-Presidente

DIRETORIA

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso

conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a

tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador - CRC RJ-086312/O-6

